

PSICOLOGIA ESCOLAR, DESENVOLVIMENTO HUMANO E SEXUALIDADE: PROJETOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL EM INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS¹

Marisa Eugênia Melillo Meira*,
Any Bicego Queiroz**,
Izabela Assis de Oliveira**,
Roberta Quirino Moraes**,
Thaís Helena Oliveira**

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões construídas a partir da realização de projetos de orientação sexual desenvolvidos em escolas públicas. Partindo de um conceito de sexualidade como expressão de condições sociais, culturais e históricas nas quais os indivíduos estão inseridos, o objetivo geral destes trabalhos é o de propiciar uma visão científica, a mais ampla e profunda possível, no que diz respeito à sexualidade, além de preencher lacunas de informações, problematizar, levantar questionamentos de posições estanques e promover a ressignificação das informações e valores incorporados e vivenciados no decorrer da vida de cada criança ou jovem. Neste sentido a orientação sexual abrangeu o desenvolvimento sexual compreendido como saúde reprodutiva, relações interpessoais, afetividade, imagem corporal, auto-estima e relações de gênero e enfoca as dimensões fisiológicas, sociológicas e psicológicas da sexualidade. Diversos profissionais podem atuar como orientadores sexuais, mas neste artigo serão analisadas algumas peculiaridades que permeiam o desenvolvimento deste tipo de projeto realizado por profissionais da Psicologia. Este trabalho envolveu atividades com os alunos, a família e os professores. O trabalho com os alunos foi realizado uma vez por semana em encontros de 1h e 30 minutos no horário regular de aulas durante todo o ano letivo de 2004. Nas salas em que atuamos diretamente os professores participaram o tempo todo das atividades

¹ **Correspondência para/ Correspondence to**

Dra Marisa Eugênia Melillo Meira
Rua Rinaldo Franco Camargo n. 5- 166, Condomínio Jardim Shangrilá
Bauru, SP, Brasil. CEP 17054-645
Telenones: 0055(14)3103-6087/3103-6097 (UNESP),
0055(14)3267-3958 (residência), (14)9712-6367
Fax: 0055(14) 3276-3958
E-mail: marisameira@uol.com.br

* Professora Assistente Doutora do Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista, UNESP – campus de Bauru

** discente do curso de Psicologia do Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências da UNESP – campus de Bauru

desenvolvidas com os alunos e de encontros semanais nos quais as atividades foram planejadas e avaliadas conjuntamente. O trabalho com as famílias foi realizado através de visitas domiciliares e de reuniões bimensais realizadas na escola. Os bons resultados obtidos reforçam a tese de que as escolas devem assumir um compromisso claro com o desenvolvimento de projetos de orientação sexual. Para tanto, é fundamental a definição de políticas públicas que possam garantir uma formação adequada para os orientadores. Neste processo as universidades, especialmente as públicas, podem desempenhar um importante papel.

Palavras-Chave: Orientação Sexual, Psicologia Escolar, Sexualidade, Desenvolvimento Humano, Educação.

SCHOOL PSYCHOLOGY, HUMAN DEVELOPMENT AND SEXUALITY: PROJECTS OF SEXUAL ORIENTATION IN EDUCATIONAL INSTITUTIONS.

ABSTRACT

The objective of this paper is to present some reflections brought up by sexual orientation projects developed in public schools. By considering the concept of sexuality as the expression of social, cultural and historical conditions in which individuals are inserted, the general objective of this work was to allow a scientific view, as wide and deep as it could be in regard to sexuality; as well as, to provide information, to promote discussions, to question current ideas, and to promote the resignification of the information and the incorporated life values in the life of each child and young. In this sense, the sexual orientation took into account the sexual development, that is, the reproductive health, relationship among people, affectivity, corporal image, self-esteem and gender relationship it also focused on the physiological, sociological and psychological dimensions of sexuality. Several professionals can act as sexual advisors; however, this paper will analyze the peculiarities of this kind of work when developed by professionals of Psychology. This work involved activities with the students, the families and the teachers. There were weekly 1 hour and 30 minute meetings with the students within the regular school hours during the whole school year of 2004. When the work was done directly inside the classrooms the teachers participated while the activities were applied to the students. The teachers, in that case, also took part in weekly meetings in order to prepare and evaluate activities together with the researchers. The work with the families was accomplished through visits to their houses and bimonthly meetings at the school. The positive results reinforce the idea that the schools should assume a clear commitment to the development of projects on sexual orientation. In this way, it is fundamental that public policies be created so as to guarantee the necessary formation for advisors. In this context, the universities, especially the public ones, can play an important role.

Key words: Sexual orientation, School Psychology, Sexuality, Human Development, Education.

PSICOLOGÍA DE LA ESCUELA, DESARROLLO HUMANO Y SEXUALIDAD: PROYECTOS DE LA ORIENTACIÓN SEXUAL EN INSTITUCIONES EDUCATIVAS.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar algunas reflexiones construidas a partir de la realización de proyectos de orientación sexual desarrollados en escuelas públicas. Se parte de un concepto de sexualidad como expresión de condición social, cultural e histórica en las cuales se encuentran insertados los individuos, el objetivo general de este trabajo es proporcionar una visión científica, la más amplia y profunda posible, en lo que se refiere a sexualidad, más allá de complementar lagunas de informaciones, problematizar, cuestionar posiciones estancadas y promover la resignificación de las informaciones y de los valores incorporados y vivenciados en el curso de la vida de cada niño o joven. En este sentido la orientación sexual abarca el desarrollo sexual entendido como salud reproductiva, relaciones interpersonales, afectividad, imagen corporal, auto estima, y relaciones de género y enfoca las dimensiones fisiológicas, sociológicas y psicológicas de la sexualidad. Diversos profesionales pueden actuar como orientadores sexuales, pero en este artículo serán analizadas algunas particularidades que filtran del desarrollo de este tipo de proyectos realizados por profesionales de la psicología. Este trabajo envolvió alumnos, sus familias y los profesores. El trabajo con los alumnos fue realizado una vez por semana en encuentros de 1 hora y 30 minutos en horario regular de clase durante el año lectivo de 2004. En las salas de clases en que actuamos directamente, los profesores participaron siempre de las actividades desarrolladas con los alumnos y de los encuentros semanales en los que las actividades fueron planificadas y evaluadas en conjunto. El trabajo con las familias fue realizado a través de visitas domiciliarias y de reuniones bimestrales realizadas en la escuela. Los resultados positivos refuerzan la tesis de que la escuela debe asumir un compromiso con el desarrollo de proyectos de orientación sexual. Para eso es fundamental la definición de políticas públicas que puedan garantizar una buena formación para los orientadores. En este proceso las universidades, sobre todo, las públicas, pueden desempeñar un papel importante.

Palabras Claves: Orientación Sexual, Psicología Escolar, Sexualidad, Desarrollo Humano, Educación.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões construídas a partir da realização de diferentes projetos de orientação sexual desenvolvidos nos últimos dez anos em escolas públicas por estagiários do curso de Psicologia do Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências da UNESP-Bauru supervisionados por uma docente da área de Psicologia da Educação.

A finalidade geral destes trabalhos é o de propiciar uma visão científica, a mais ampla e profunda possível, no que diz respeito à sexualidade, além de preencher lacunas de informações e esclarecer tabus e preconceitos.

Faz-se importante aqui distinguir o conceito de sexo e sexualidade e o de orientação e educação sexual. Embora a primeira determinação do sexo seja de ordem biológica, a sexualidade não pode ser vista como prática que se reduz ao ato sexual.

A sexualidade é vivida no âmbito individual, mas sua constituição nos sujeitos é produzida a partir das normas e valores sociais. Somos seres sociais, nos tornamos humanos nas relações que estabelecemos com a natureza e com os outros homens e, por isto a sexualidade humana é expressão de condições sociais, culturais e históricas nas quais os indivíduos estão inseridos. Por isto mesmo, seu processo constitutivo é passível de ser questionado e transformado.

Partindo deste conceito, compreende-se que desde o nascimento os indivíduos estão submetidos de maneira informal a processos de educação sexual que englobam um conjunto de ações diretas e indiretas, conscientes ou não, exercidas por diferentes pessoas e instituições (família, amigos, mídia, livros, revistas, grupos religiosos, etc). Estas ações estão sempre carregadas de sentidos que irão influenciar as condutas e valores diante das questões que envolvem a sexualidade.

O que diferencia ou qualifica essas informações independente do meio de onde elas vêm, é a forma como elas serão incorporadas pelo indivíduo e isto está diretamente vinculado aos valores e concepções que as pessoas já possuem.

Já a orientação sexual designa um processo sistemático e continuado de intervenção instrumental. Em consonância com o conceito desenvolvido pelo GTPOS, ABIA e ECOS2 consideramos que este processo

² Em 1991 a SIECUS (Conselho de Informação e Educação Sexual dos EUA) finalizou um guia de orientação sexual. Em 1993 o GTPOS (Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual), a ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS) e ECOS (Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana) organizaram-se para fazer uma adaptação deste material para a realidade brasileira. Após esta primeira adaptação o material foi analisado pelo Fórum Nacional de Educação e Sexualidade. Neste trabalho quase todos os

deve envolver não apenas o acesso a informações científicas sobre sexualidade, mas a abertura de espaços de discussão e reflexão que possam contribuir para o questionamento de tabus e preconceitos e o desvelamento de emoções e valores que muitas vezes impedem que estas informações sejam utilizadas.

Neste sentido a orientação sexual abrange “o desenvolvimento sexual compreendido como: saúde reprodutiva, relações interpessoais, afetividade, imagem corporal, auto-estima e relações de gênero. Enfoca as dimensões fisiológicas, sociológicas, psicológicas e espirituais da sexualidade através do desenvolvimento das áreas cognitiva, afetiva e comportamental incluindo as habilidades para a comunicação eficaz e a tomada responsável de decisões (SUPLICY et al., 2004, p. 26)

Sayão (1995) enfatiza que uma orientação sexual não deve se restringir às informações orgânicas que dizem respeito ao corpo de um sujeito teórico, anônimo, que não pensa, não fala, não tem história, não vive a angústia de crescer. As informações para serem consideradas educativas, ou seja, serem utilizadas pelos jovens em sua vida sexual concreta, devem levar em conta vários fatores como: o funcionamento do corpo, os valores sociais, éticos e morais do meio social, as leis culturais e a estrutura psíquica.

Como aponta Suplicy (1986), debater sexualidade é discutir valores, normas sociais e cultura; é buscar compreender as versões individuais que temos de um tema que é essencialmente social. Dar sentido à sexualidade de cada um significa tomá-la como uma construção histórica no âmbito das relações sociais, relacionadas às formas de vida e às necessidades que a humanidade encontrou e construiu.

Atualmente, tornou-se ponto de concordância a necessidade de se trabalhar com a temática da Orientação Sexual nos diversos espaços onde os jovens se encontram reunidos, sendo a escola eleita como um dos espaços mais importantes para que tal prática se concretize.

Para SUPLICY et al (2000), as escolas devem assumir um compromisso claro com o desenvolvimento de projetos de orientação sexual já que elas não devem fugir de sua responsabilidade na construção de uma visão positiva de sexualidade como fonte de prazer e realização do ser humano. Se as escolas não tratarem da questão sexual estarão transmitindo aos alunos a noção de que o assunto é mesmo tabu, sobre o qual não se pode falar de maneira séria e livre.

Muitos jovens ainda não dispõem de informações suficientes e em alguns casos eles têm a informação, mas tem dificuldade em processar os conhecimentos recebidos devido a medos e conflitos. Por isto, necessitam de um espaço de discussão em grupo com a mediação de um adulto esclarecido.

conceitos foram reelaborados e reescritos, do que resultou a construção de um guia brasileiro de sexualidade.

A troca de experiências com pessoas da mesma idade, que estão passando por situações semelhantes e a aprendizagem do respeito por posições diferentes é fundamental para o desenvolvimento pessoal dos jovens.

Além disto, as diferentes elaborações teóricas e subjetivas que as atividades desenvolvidas possibilitam, facilitam de algum modo o processo de aprendizagem acadêmica, a medida em que reduzem a angústia e a agressividade e contribuem para a melhoria nas relações pessoais no espaço escolar.

Quer se queira ou não, a educação sexual está acontecendo nas escolas. Sayão (1995) analisa que a sexualidade invade por completo o espaço escolar através das brincadeiras, das piadinhas, das paródias inventadas e repetidas, das inúmeras inscrições nas carteiras e portas dos banheiros e por muitos outros meios. A forma como a escola acolhe essas manifestações leva à (re)produção de certos valores morais mais ou menos rígidos. Uma vez que, querendo ou não, a escola interfere na construção da sexualidade de cada aluno, a proposta do trabalho de Orientação Sexual é que ela reflita sobre o seu papel, abordando o tema de forma consciente e profissional.

A abordagem dos assuntos referentes à sexualidade adotada pela escola deve diferenciar-se da abordagem assistemática realizada pela família. Se por um lado, os pais exercem legitimamente o seu papel ao transmitirem seus valores particulares aos filhos, por outro lado, o papel da escola é o de ampliar esse conhecimento em direção à diversidade de valores existentes na sociedade, para que o aluno possa, ao discuti-los, opinar sobre o que está sendo apresentado (Sayão, 1995).

Para SUPPLY et al.(2000) é desejável que a orientação sexual aborde a sexualidade dentro de um enfoque sócio-cultural, amplie a visão de mundo dos alunos e os ajude a aprofundar e refletir sobre seus próprios valores. Assim, torna-se fundamental que o trabalho se pautar pelo respeito pelas diferentes opiniões e pela dignidade e individualidade do ser humano.

De acordo com Suppicy (1986), é essencial que o orientador esteja ciente de que os princípios fundamentais de seu trabalho devem ser o respeito por si próprio e pela sua dignidade como pessoa e o respeito ao outro. Desta forma ele pode auxiliar no desenvolvimento do espírito de crítica através da não supressão da curiosidade e do estímulo ao questionamento.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho de Orientação Sexual é levar informações fidedignas, problematizar, levantar questionamentos de posições estanques e promover a ressignificação das informações e valores incorporados e vivenciados no decorrer da vida de cada criança ou jovem. Ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e explicitar os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais

existentes na sociedade, este tipo de trabalho possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus.

Por se tratar de uma temática que está envolta por preconceitos, tabus e proibições é fundamental que o educador que atue em projetos desta natureza tome o máximo cuidado possível para não incorrer no erro de desenvolver um trabalho de cunho prescritivo e normalizador, reafirmando valores absolutos de certo e errado, saudável ou desviante, desconsiderando o indivíduo na expressão única de sua subjetividade. Se assim não o fizer poderá propor ações esvaziadas de sentido, em um processo no qual muito provavelmente as informações veiculadas não serão incorporadas pelas crianças e jovens.

Diversos profissionais podem atuar como orientadores sexuais: pedagogos, assistentes sociais, médicos ou psicólogos. Interessa-nos neste artigo apresentar e analisar algumas peculiaridades que permeiam o desenvolvimento deste tipo de trabalho realizado pelo psicólogo.

Acreditamos que a finalidade da Psicologia Escolar situa-se no compromisso claro com a tarefa de construção de um processo educacional qualitativamente superior. Portanto, sua função social é a de contribuir para que a escola cumpra de fato seu papel de socialização do saber e da formação crítica dos indivíduos (Meira, 2003).

Concordamos com Saviani (1992) que o trabalho educativo deve produzir em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.

Esta produção envolve necessariamente a compreensão das relações entre os processos psicológicos e os pedagógicos. É neste sentido que o psicólogo pode agregar novos valores ao trabalho de orientação sexual, já que sua formação o habilita a compreender os fenômenos psicológicos e os processos que os sustentam, enquanto mediações entre a história social e a vida concreta dos indivíduos; os processos internos através dos quais os homens constroem seu desenvolvimento nos grupos sociais aos quais pertencem; o papel ativo das emoções e do significado que cada indivíduo imprime à sua vida e às ações práticas no mundo, e em especial, aos processos de ensinar e aprender; a relação entre subjetividade e práticas escolares, analisando ao mesmo tempo e dialeticamente os determinantes sociais e as questões próprias de cada sujeito (Meira, 2003).

Entretanto, é preciso ter claro que não se trata absolutamente de transformar este trabalho em uma espécie de terapia grupal na escola. Apesar da abertura de espaços de comunicação e reflexão em certo sentido produzir efeitos terapêuticos, este trabalho tem objetivos bem definidos conforme já pudemos evidenciar.

3. METODOLOGIA

Nos últimos anos temos desenvolvido inúmeros trabalhos na área. Tendo como referência o conhecimento acumulado nestas experiências, neste artigo vamos tratar mais especificamente de dois projetos realizados no ano de 2004 em duas instituições educacionais: uma escola pública municipal na qual trabalhamos com alunos de duas turmas de 5ª. série com idades entre 11 e 12 anos e uma instituição educacional que atende crianças e adolescentes pobres, na qual atuamos com adolescentes entre 13 e 15 anos. Ambas as instituições estão localizados em bairros periféricos do município de Bauru.

Este trabalho envolveu atividades com os alunos, a família e os professores.

O trabalho com os alunos

O trabalho com os alunos foi realizado uma vez por semana em encontros de 1h e 30 minutos no horário regular de aulas durante todo o ano letivo de 2004.

As atividades foram coordenadas por estagiários de Psicologia e se orientaram pelos seguintes objetivos principais: construir uma concepção de sexualidade que transcenda ao sexo e ao relacionamento sexual, entendendo-a enquanto possibilidade de conhecimento de si e do outro, numa vivência saudável, positiva e responsável; garantir o acesso e a reflexão de maneira clara e adequada sobre informações relacionadas à sexualidade; colaborar para a construção de atitudes de respeito, igualdade e acolhimento das diferenças com parceiros, amigos e família, a partir do rompimento com todo e qualquer preconceito; gerar um espaço importante para o desenvolvimento humano, através da discussão e reflexão sobre temas relevantes e de interesse do grupo; trabalhar valores e princípios fundamentais para uma vivência sexual sadia; abrir canais de comunicação que possibilitem a expressão do afeto e da sensibilidade; possibilitar que os adolescentes, ao se reconhecerem como seres sexuais, possam lidar com a sexualidade com menos temores e angústias, desfazendo mitos e desmistificando culpas; contribuir para potencializar o desenvolvimento de todos os envolvidos e desenvolver a capacidade da reflexão crítica no sentido de não aceitação de valores sem análise prévia.

Os temas discutidos, bem como a sua ordem de apresentação são definidos em conjunto com os alunos, mas de maneira geral relacionam-se a quatro eixos principais:

1. Adolescência: aspectos biológicos e psicológicos:
 - Um novo corpo: aspectos hormonais; mudanças corporais e fisiológicas; menstruação; aparelhos reprodutores;
 - Uma nova emoção: as dúvidas, os conflitos;
 - Uma nova cabeça: as mudanças na maneira de ver e compreender o mundo e as pessoas.
2. Comportamento Sexual

- A primeira vez; Masturbação; Desejo e prazer sexual; Disfunções sexuais; Métodos contraceptivos; Gravidez; Gravidez na adolescência; Aborto; DSTs e AIDS; Abuso sexual; Prostituição; Homossexualidade.
- 3. Relacionamentos
 - Família; Amizade; Amor; Namoro e relacionamentos eventuais; Casamento e união estável; Paternidade/maternidade
- 4. Sexualidade e cultura
 - Papéis sexuais e relações de gênero; Sexualidade e religião; Preconceitos; Sexualidade e mídia.

À medida que este tipo de trabalho deve pautar-se pela flexibilidade e amplitude ao abordar questões e definir caminhos, é de fundamental importância que o orientador esteja sensível às necessidades apresentadas pelo grupo, conheça profundamente sua realidade e desenvolva um clima de amizade e confiança.

Para garantir estas condições, antes do início do trabalho propriamente dito, foram realizados vários encontros de “observação participativa”, onde se objetivava conhecer o grupo, suas peculiaridades. Neste período, além das observações em sala de aula, iniciou-se o vínculo entre adolescentes e orientadores por meio de conversas durante o intervalo e participação em atividades do grupo, dentro e fora da sala de aula (incluindo até partidas de futebol!).

Nos primeiros encontros as expectativas dos participantes em relação ao projeto foram levantadas e organizadas, realizaram-se várias atividades de descontração e integração e foram escolhidos democrática e coletivamente os nomes (cada grupo deveria dar a si mesmo um nome que traduzisse sua identidade) e estabelecidas as regras de funcionamento dos grupos.

Este primeiro momento de sensibilização e construção do grupo foi fundamental para a construção dos vínculos que puderam ser fortalecidos no decorrer do ano e de extrema importância para o bom andamento do trabalho, o cumprimento de regras, o respeito a cada participante, e principalmente, para que houvesse sentido no aprendizado.

Em todos os momentos manteve-se a preocupação em garantir a participação e vivência grupal e o estabelecimento de relações com temas pertinentes ao dia a dia do grupo.

Nesta perspectiva, qualquer fala ou atitude deve ser acolhida como sendo uma manifestação legítima daquele grupo naquele momento. Cada aluno tem algo a dizer sobre sexualidade e mesmo que se cale diante de uma discussão, este silêncio constitui-se em uma mensagem importante que o educador deve considerar e respeitar.

A metodologia utilizada nos encontros é baseada no princípio da ação-reflexão-ação, onde o ponto de partida são as percepções, as representações, os valores que o grupo construiu ao longo de sua história. A partir disso faz-se uma proposta que possibilite entrar em contato com a diversidade de opiniões e através da reflexão sempre realizada no coletivo faz-se novas sínteses. Só se faz possível pensar em mudanças comportamentais a partir do momento em que se trabalha com o trinômio pensar-sentir-agir, e isso só é possibilitado pela reflexão e confronto de idéias, quando a informação passa a fazer parte das vivências e significações construídas por cada aluno.

Partindo-se desta metodologia construiu-se uma sistemática de trabalho que didaticamente pode ser dividida em quatro momentos: a apresentação do tema; a discussão do tema (o que pensam, o que já sabem, os conhecimentos e experiências que o grupo já tem e o que sentem diante do tema); a apresentação de novas informações e o momento de síntese entre o que já sabiam e os novos conhecimentos (que por vezes pode implicar em certas rupturas com saberes ou valores anteriores).

Foi uma constante a preocupação em não transformar os encontros em aulas expositivas, não pressupondo os alunos como receptáculos de informações, e sim como agentes ativos de aprendizagem.

Foram utilizados diferentes recursos que permitissem não só a aquisição de novos conhecimentos, mas também proporcionassem reflexão acerca do que estavam aprendendo. Utilizaram-se técnicas de dinâmica de grupo; estudos de caso; simulação de programas de TV; demonstrações e experiências com materiais relacionados aos temas trabalhados (absorvente higiênico, preservativo masculino e feminino, DIU, diafragma, pílulas anticoncepcionais, etc.); dramatizações; leitura e análise crítica de textos de livros, jornais e revistas; pesquisas em livros especializados; filmes; vídeos educativos; análise de fichas específicas de estudo; confecção de desenhos e modelagens de órgãos sexuais masculinos e femininos; rodas de conversa; músicas; debates; elaboração de cartazes; palestras de especialistas (quando o tema exigia como ocorreu, por exemplo, na discussão do tema da AIDS); produção de textos coletivos; exposição dialogada do conteúdo, entre outros.

Foi instalada em cada uma das salas de aula uma “Caixa de Dúvidas”, onde os alunos colocavam suas indagações, quando estas surgiam, sem que precisassem se identificar, e de tempos em tempos elas eram respondidas. A partir destas respostas surgiam novas dúvidas, e mais momentos de reflexão.

Ao final de cada encontro, o conteúdo e metodologia eram analisados pelo grupo o que possibilitou avaliações e readequações constantes.

O trabalho com a escola

É fundamental a articulação deste projeto com o processo pedagógico propriamente dito em função de pelo menos duas razões principais.

Em primeiro lugar, porque o envolvimento dos professores é tão importante quanto o dos próprios alunos, já que na verdade constituem-se na “peça-chave” do trabalho, pois são eles que dão suporte, complementam e auxiliam, tanto no que diz respeito à maneira de lidar com os alunos em alguns momentos, quanto no encaminhamento do projeto e na resolução de eventuais problemas.

Esta atuação conjunta possibilita a criação de vínculos que são imprescindíveis. Quando mais pudermos dividir saberes, dificuldades e possibilidades, maiores serão as chances não apenas de conseguirmos alcançar os objetivos do projeto, mas ainda de construirmos algumas condições necessárias para a modificação de práticas escolares inadequadas, especialmente no que diz respeito à sexualidade.

A segunda razão tem a ver com a possibilidade de contribuirmos de forma direta para o processo de formação dos professores para o desenvolvimento deste tipo de projeto. Uma pesquisa realizada em 1989 pela editora FTD (SUPLICY et al., 2004) indicou que embora os professores estejam cientes da necessidade de orientação sexual nas escolas, a grande maioria sente-se despreparada para dar conta desta tarefa.

Conforme apontam Rua e Abramovay (2001), Castro e Abramovay (2003), Barroso e Bruschini (1986) e Warken (2003) é bastante comum professores admitirem dificuldades em lidar com a questão da sexualidade em sala de aula. Segundo estes autores esta situação apresenta elementos complexos, de ordem existencial e institucional. Isto significa que não apenas falta-lhes preparo e capacitação profissional, como também condições para lidar com este tema em suas próprias vidas.

Conforme destaca SUPLICY et al. (2000), a sexualidade do adolescente remete o orientador para a sua própria sexualidade e o obriga a lidar com conflitos, mudar atitudes e por vezes rever seu passado.

E, apesar da sexualidade constituir-se em uma dimensão fundamental da vida humana raramente os cursos de formação de professores incorporam esta questão em seus currículos.

A ausência de uma abordagem mais abrangente e de um enfoque bio-psico-social que considere aspectos emocionais, éticos e culturais, leva as poucas escolas que trabalham com orientação sexual a abordar apenas temas relacionados à reprodução, aparelho genital, doenças sexualmente transmissíveis, além dos famosos alertas sobre os riscos de gravidez na adolescência (SUPLICY et al., 2000).

Mas, deve-se destacar que esta parceria com os professores não se dá de forma espontânea, ela deve ser intencionalmente construída. Em nossos trabalhos temos buscado delimitar o maior número possível de espaços de interlocução.

Nas salas em que atuamos diretamente o professor não apenas participa o tempo todo das atividades desenvolvidas com os alunos, como ainda propusemos um espaço de reflexão semanal, para que as atividades possam ser planejadas, desenvolvidas e avaliadas conjuntamente ao longo de todo o processo.

Além disto, sempre que possível, buscamos envolver outros professores, além da direção e da coordenação, em processos de reflexão que contribuam para que a escola como um todo atue de maneira positiva em relação à questão da sexualidade.

O trabalho com as famílias

Uma pesquisa do instituto DataFolha realizada em dez capitais brasileiras e divulgada em 1993 (SUPLICY et al.,2004) constatou que 86% das 5076 pessoas ouvidas são favoráveis à inclusão da orientação sexual nos currículos escolares. Ao mesmo tempo, os dados indicam que os pais têm muitas dificuldades para prestar esclarecimentos para seus filhos e a maioria nunca conversa com eles sobre estes assuntos.

Estes dados apontam duplamente para a importância da orientação sexual: porque os jovens não têm garantidas as informações necessárias e porque as famílias têm dificuldades para lidar com o tema.

Entretanto, não é suficiente que a escola simplesmente assuma esta tarefa. É fundamental que a família seja envolvida e assuma suas responsabilidades neste processo.

Para tanto, temos articulado duas ações principais: visitas domiciliares e reuniões bimensais com os pais ou responsáveis realizadas nas escolas.

As visitas domiciliares, que ocorrem nos finais de semana, têm como principais finalidades apresentar de maneira clara e acessível o trabalho realizado com as crianças nos grupos de orientação sexual e estimular a participação das famílias através de sugestões, críticas e opiniões.

Mas, para além deste objetivo, estas visitas possibilitam maior contato com a realidade vivida cotidianamente pelas crianças; reduzem a distância entre psicólogos, crianças e pais, intensificam o vínculo entre todos; e garantem a identificação de demandas em relação as quais a Psicologia pode contribuir de alguma forma.

A visita domiciliar permite a entrada no mundo da criança e da família, e muitas vezes a realidade encontrada coloca uma séria de demandas graves, seja na dimensão psicológica dos relacionamentos familiares, seja na dimensão das condições básicas de vida restringidas pela miserabilidade. Além disto, é possível entrar em contato com o modo como as famílias compreendem o processo de escolarização de seus filhos e como lidam com os problemas que se colocam.

A partir dos conteúdos e temas mais relevantes encontrados nas visitas domiciliares torna-se possível elaborar um plano de intervenção direcionado aos pais ou responsáveis a ser desenvolvido em reuniões bimensais.

Estas reuniões têm como objetivo, além de apresentar o projeto para a família das crianças envolvidas, proporcionar um momento de discussão, onde estes pais possam contar suas experiências e buscar apoio de outros.

Todos os pais foram convidados através de bilhetes entregues às crianças, no qual se comunicava que se tratava de uma reunião diferente daquelas as quais estavam acostumados. A intenção foi mostrar um modelo diferenciado de reunião de pais, na qual não estariam somente para escutar reclamações ou receberem informações sobre a vida escolar de seus filhos, mas sim para encontrarem um espaço de discussão de assuntos presentes no seu dia-a-dia relacionados à educação sexual de seus filhos, e também à sua própria sexualidade.

Talvez um dos elementos mais importantes destas reuniões seja a tomada de consciência de que a informação é a fonte mais segura de proteção para as crianças e jovens. Como alerta SUPPLY et al. (2000) é totalmente falsa a idéia de que a "inocência" protege a criança. Na verdade, a ignorância é a maior geradora de angústia, culpa e gravidez indesejada, entre outros problemas.

As famílias sentem cada vez mais dificuldades em definir o que julgam certo ou errado, o que devem permitir ou condenar. Na falta de valores absolutos e de um consenso sobre um sistema de valores sexuais, muitos pais sentem-se perdidos (Talli e Silva, 2003).

Para Suplicy (1986), a grande maioria dos pais busca uma receita, uma resposta fácil que possa eliminar sua sensação de culpa e baixar sua ansiedade diante desta situação. Neste caso estamos diante de uma procura por uma sensação alívio e não por um aumento de conhecimento. Este tipo de sensação geralmente dura muito pouco, pois à medida que a sexualidade dos filhos evolui e os problemas não são bem resolvidos, as dúvidas e ansiedades retornam com força aumentada.

Daí a importância de reuniões com esta característica de abertura e diálogo, nas quais é possível compartilhar os conhecimentos que foram acumulados pela Psicologia e que não são habitualmente acessados por este

tipo de população. É possível planejar a reunião que avança do senso comum, mas que respeita as dúvidas e opiniões trazidas por cada participante.

No que se refere à metodologia utilizada, inicia-se com um momento de discussão geral do tema e em seguida parte-se para discussões em pequenos grupos a partir de questões previamente elaboradas e em consonância com os objetivos da reunião. Neste momento asseguramos que todos tenham amplas oportunidades de se expressar livremente. No final os grupos apresentam suas reflexões e faz-se um fechamento que permita a todos reunir elementos necessários à elaboração de novas formas de pensar as questões propostas e discutidas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No trabalho com os grupos de alunos, ficou muito clara a aquisição de novos conceitos no que diz respeito à sexualidade. Não houve um momento formal de avaliação, até porque isto não fazia parte da proposta. Mas, através de discussões, ou de técnicas direcionadas para esse fim, percebeu-se que conceitos discutidos foram realmente apropriados pelos alunos. Pode-se dizer que os maiores resultados não são palpáveis. O mais importante do trabalho foi perceber a mudança de atitude por parte dos alunos. Um trabalho que no início era visto como mais um motivo de piadinhas, ao final do ano tornou-se um espaço de discussões e reflexões mais amadurecidas.

Percebemos que aos poucos os alunos modificaram sua visão de que a sexualidade equivale a genitalidade. Esta confusão bastante presente em nossos meios tem a ver com a dissociação entre sexo/reprodução e sexo/prazer. No decorrer dos tempos muitas culturas e religiões conservaram e reforçaram esta dicotomia (Cavalcante, 1990).

Porém, como indicam Costa et al. (2001), o sexo simples meio de obtenção de prazer físico ou como forma de garantir a reprodução não satisfaz o homem. A sexualidade, ao contrário desta divisão, deve ter um compromisso com o crescimento global do ser humano.

Apesar de utilizar uma metodologia de trabalho muito semelhante em ambos os projetos, os resultados demonstraram algumas especificidades, já que a partir de uma perspectiva histórica foram considerados os fatores sociais, culturais e as histórias pessoais dos participantes de cada grupo.

Entretanto, em todos os grupos foi possível observar um movimento reflexivo muito interessante que, em uma certa medida, contribuiu para o processo de constituição da identidade psicossocial de cada um dos envolvidos. A vivência no grupo possibilitou a identificação das diferenças e semelhanças nas experiências individuais; o confronto de valores, de sentimentos e de informações que geraram a valorização de todos, respeitando-se suas necessidades e peculiaridades.

Resultados positivos eram percebidos ao longo dos encontros. Nas diferentes discussões, cada vez mais os adolescentes foram demonstrando a apreensão dos conteúdos trabalhados, e ainda um processo de constante ressignificação de suas próprias vivências, valores e atitudes relacionados à sexualidade.

Em trabalhos desta natureza os resultados se dão de forma processual e não podem ser acessados quantitativamente em curto prazo. Mas, espera-se que todos estes alunos sejam capazes de agir em consonância com os valores construídos ao longo deste ano e possam exercer sua sexualidade de forma saudável e com responsabilidade.

Como apontam Cangiani e Moraes (2001) uma questão muito importante a ser considerada neste trabalho é a comunicação. Alguns adolescentes no início do projeto utilizavam-se de expressões relacionadas à sexualidade de forma pejorativa e agressiva. Esta situação bastante comum exige que se trabalhe continuamente formas de comunicação assertiva. No decorrer das atividades eles já conseguiam cada vez mais falar com naturalidade e respeito aos demais sobre suas inquietações e sentimentos.

Esse desenvolvimento de posturas é o que diferencia a presente Orientação Sexual, continuada e sistematizada, de outros programas episódicos desenvolvidos através de atividades isoladas.

No que se refere ao trabalho realizado com as famílias, tanto as visitas domiciliares quanto as reuniões nas escolas alcançaram plenamente seus objetivos.

As visitas constituíram-se em um instrumento extremamente importante e significativo para o trabalho. Além de conhecer todas as famílias (já que nem sempre todos participavam das reuniões), os momentos vivenciados nestas visitas produziram importantes aprendizagens tanto para os estagiários quanto para as famílias. Eles representam oportunidades especiais de se reforçar a importância da participação ativa e consciente dos pais em todas as esferas da vida de seus filhos e ao mesmo tempo expõe os estagiários a situações novas que desafiam sua capacidade de análise crítica e de intervenção criativa.

O contato com o trabalho da Psicologia traz a possibilidade de um diálogo aberto que possibilita aos pais confiança para compartilhar angústias e medos postos pela difícil tarefa de se educar os filhos no mundo moderno. Além disto, as famílias podem receber orientações ou mesmo sugestões de encaminhamentos para outros profissionais quando isto se faz necessário.

As reuniões também foram muito produtivas. Os pais puderam encontrar um espaço que até então não era oferecido a eles, esclarecer dúvidas, trabalhar resistências, trocar experiências, entender o processo de construção de sua educação sexual, e como este pode refletir nas relações que estabelecem com seus filhos. Canais de comunicação foram abertos, tabus e

preconceitos foram questionados e todos perceberam a importância do diálogo com os filhos em um clima tranquilo e confiável no qual todos podem aprender e ensinar independente do papel que ocupam na dinâmica familiar.

As visitas domiciliares e os encontros com os pais mostraram-se imprescindíveis para que de fato as intervenções no projeto fossem críticas e transformadoras, pois possibilitam entrar em contato com a dimensão familiar e movimentar as relações, concepções e valores que permeiam a história de vida dos indivíduos.

Em relação ao trabalho com a escola como um todo, não foi possível uma articulação mais consistente, já que nem sempre havia a possibilidade de espaços formais de planejamento e avaliação com o coletivo dos professores. Entretanto, avaliamos que pelo menos com os docentes diretamente envolvidos a participação no trabalho gerou um maior enriquecimento da prática pedagógica e a construção de relações mais saudáveis com seus alunos. Desta forma eles se tornaram ainda mais capazes de cumprir sua função social de socialização dos conhecimentos historicamente acumulados e de formação de uma cidadania crítica e participativa.

5. CONCLUSÃO

Os resultados obtidos reforçam a tese da importância de trabalhos de orientação sexual nas escolas. Ao tomar para si o objetivo de garantir a apropriação do conhecimento historicamente acumulado e a formação de cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, a escola não pode desconsiderar nem muito menos buscar reprimir a dimensão da sexualidade humana.

Sair do âmbito individual da sexualidade para colocá-la no contexto sócio-cultural, tomando-a em sua historicidade, é construir uma orientação sexual em uma perspectiva crítica. É permitir que o jovem perceba sua sexualidade a partir da história de sua vida e da vida de seu grupo social, assim como da história da sexualidade humana.

Por ser uma instituição social, com propósito explicitamente educativo, a escola tem o compromisso de intervir efetivamente para promover o desenvolvimento e a socialização dos seus alunos.

Em consonância com os pressupostos do Guia de Orientação Sexual (SUPLICY et al., 2004), consideramos que este trabalho requer planejamento e ações pedagógicas sistemáticas, o que envolve a abertura de espaços no currículo escolar. Isto significa que a orientação não pode ser tratada como fenômeno episódico tais como palestras ou outras atividades deste tipo. O fundamental é a garantia de canais para o debate permanente com crianças e adolescentes.

A implantação de um trabalho de orientação sexual na escola necessita da participação de todos os segmentos da escola: alunos, professores, coordenação, direção, funcionários e famílias. A integração entre todos e a articulação com a proposta pedagógica da escola é fundamental. Desta forma diminuem-se resistências e contribui-se para que todos, a medida do possível, falem a mesma linguagem.

Mas deve-se considerar que a realização deste trabalho exige o enfrentamento de um grande desafio: a formação de orientadores competentes, capazes de acolher e compreender as expectativas e necessidades dos alunos, dos pais, dos membros da comunidade, dos professores, enfim, dos envolvidos diretamente no processo educativo.

Tanto a literatura quanto nossas experiências têm demonstrado que as escolas têm muitas dificuldades em lidar com a questão da sexualidade de maneira geral. Mas, estas dificuldades aumentam dramaticamente quando se trata de adolescentes, vistos como sujeitos potencialmente capazes de já ter comportamentos sexualmente ativos. O medo da ocorrência de eventos como gravidez, sexo casual e doenças sexualmente transmissíveis, em especial a AIDS, potencializam a ansiedade dos adultos e muitas vezes geram atitudes autoritárias de repressão direta e indireta.

Neste contexto parece importante refletirmos sobre a questão da adolescência e do significado que ela assume em nossa sociedade.

Em geral, a adolescência tem sido considerada uma fase natural do desenvolvimento humano e seu surgimento em determinada etapa da vida como parte da essência e da natureza humana.

Como destaca Bock (2004) boa parte dos estudos realizados pela Psicologia reforça esta idéia. Ao analisar um conjunto de textos publicados no Brasil a autora destaca que a adolescência tem sido caracterizada por elementos negativos (imaturidade, rebeldia, instabilidade emocional, tendência à oposição e à bagunça, etc). A relação entre jovens e adultos é apresentada sempre como difícil e conflituosa, quase uma guerra, e em geral os adultos (pais e professores) são orientados a ter tolerância, compreensão e paciência já que se trataria de uma fase passageira. Em síntese, a adolescência apresentada não tem gênese social, ou seja, não é constituída nas relações e na cultura.

Em uma perspectiva sócio-histórica consideramos a adolescência como uma construção social historicamente datada. O único elemento que pode ser considerado universal refere-se ao surgimento de um conjunto de mudanças dos caracteres sexuais secundários que é denominada de puberdade. Porém, estas transformações não fazem da adolescência um fato natural. As características fisiológicas aparecem e são significadas pelos adultos e pela sociedade. Diferentes sociedades, em diferentes tempos na história, construíram representações sociais peculiares acerca da passagem da infância para a vida adulta.

Vivemos em uma sociedade capitalista dividida em classes, e diante disso, jovens com faixas etárias semelhantes estão submetidos a realidades muito distintas. Para a burguesia, a adolescência se constitui em um momento de preparação para o ingresso no mercado de trabalho competitivo e exigente e para isto construiu-se todo um aparato instrucional que possa fornecer este suporte. Já para jovens que se encontram totalmente à margem do acesso aos bens produzidos pelo conjunto dos homens, resta um ingresso mais prematuro no mercado de trabalho, sem a devida instrução, pois o trabalho é a forma de garantir sua sobrevivência. Isto sem contar a possibilidade infelizmente bastante grande nos bairros periféricos das cidades, de se envolverem com atividades ilícitas, muito especialmente o consumo e o tráfico de drogas.

Diante disso, conclui-se que não se pode caracterizar a adolescência como uma fase homogênea e rígida. O que existe são pessoas constituindo-se enquanto tal, a partir de relações sociais, sob condições e momentos históricos peculiares e que devem ser olhadas para além da aparência.

Estas reflexões indicam a necessidade de se romper normas e padrões preconceituosos e estáticos. A possibilidade de mudanças e reconstrução é um princípio que deve ser necessariamente considerado ao se trabalhar com esta faixa etária.

Concordamos com Bock (2004) no sentido de que a Psicologia deve contribuir para a construção de uma visão positiva da adolescência que auxilie a sociedade em geral, e as escolas em particular, a olhar para o jovem não como um problema (o “aborrescente”), mas como um parceiro social criativo e construtor do futuro.

Além de todas as questões já apresentadas, o desenvolvimento deste trabalho também pode ser visto como expressão da possibilidade de um exercício crítico e contextualizado da Psicologia.

A análise do conjunto das principais críticas dirigidas à Psicologia Escolar parece indicar que ela acabou por se reduzir a uma Psicologia do Escolar, descomprometida em relação às questões fundamentais da Educação e à necessidade de efetivação de um processo de democratização educacional.

Ao se distanciar desse objetivo os psicólogos têm muitas vezes se limitado a atuar em direção a questões secundárias que, na melhor das hipóteses, são apenas algumas manifestações de problemas escolares e sociais graves e complexos.

O processo de culpabilização do aluno, pela via da patologização dos problemas escolares, tem se fundamentado ao longo de nossa história em variadas abordagens teóricas, que por diferentes caminhos expressam a mesma desconsideração pelas múltiplas determinações da educação.

Acreditamos ser fundamental a denúncia dos compromissos ideológicos da Psicologia Escolar que se expressa claramente em uma tendência histórica de se colocar a serviço, das mais diferentes formas, da conservação tanto da estrutura tradicional da escola quanto da ordem social na qual ela está inserida.

O trabalho que ora apresentamos constitui-se em mais uma tentativa na direção da construção de novas possibilidades de reflexão que possam subsidiar os psicólogos escolares de forma a que eles possam contribuir de maneira decisiva nos mais diferentes campos de atuação, para que sejam favorecidos os processos de humanização e reapropriação da capacidade de pensamento crítico dos indivíduos.

Para finalizar gostaríamos de destacar que este trabalho procurou dar conta de uma finalidade fundante da universidade: a articulação entre a extensão, a pesquisa e a formação dos alunos. Não apenas se garantiu a realização de uma extensão bem sucedida, mas pudemos vislumbrar a existência de possibilidades concretas de modificações substanciais no processo de formação e atuação dos psicólogos de forma a situá-los no campo da reflexão crítica e da práxis transformadora. Gestado inicialmente nos processos pedagógicos coletivos construídos nas salas de aula e nas supervisões de estágio e depois convertido em ação concreta no calor de práticas e atividades de pesquisa vivas e repletas de sentido, este trabalho nos coloca diante de um compromisso ético político definido na direção da construção de uma ciência do homem e para o homem.

Esperamos que ele seja parte de um processo construtivo em direção à produção de novos olhares e de novas formas de atuação.

7. BIBLIOGRAFIA

BARROSO, C.; BRUSCHINI, C. **Sexo e juventude**: como discutir a sexualidade em casa e na escola. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1986. 94 p.

BOCK, A. M. B. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 26-43, 2004.

CANGIANI, M.; MORAES, W. R. Ateliês de desenvolvimento humano: um projeto construtivo. In: **PSICOLOGIA escolar, cidadania e compromisso social**. [Bauru]: UNESP, Faculdade de Ciências, Departamento de Psicologia, 2001. v. 2, p. 97-105.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Marcas de gênero na escola, sexualidade e violências/discriminações – representações de alunos e professores. In: **SEMINÁRIO SOBRE O GÊNERO E EDUCAÇÃO**, 2003, João Pessoa. **Anais...** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher: Conselho Britânico: Secretaria Municipal de Educação, 2003. (mimeografado).

CAVALCANTI, R. (Org.). **Saúde sexual e reprodutiva: ensinando a ensinar**. Brasília: CESEX, 1990.

COSTA, G. G.; TEMPLE, G.; MARCOLINO, S. Projetos de orientação sexual na escola. In: PSICOLOGIA escolar, cidadania e compromisso social. [Bauru]: UNESP, Faculdade de Ciências, Departamento de Psicologia, 2001. v. 2, p. 89-96.

MEIRA, M. E. M. Construindo uma concepção crítica de psicologia escolar: contribuições da pedagogia histórico-crítica e da psicologia sócio-histórica. In: PSICOLOGIA escolar: teorias críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 13-78.

RUA, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Avaliação das ações de prevenção à DST/AIDS e uso indevido de drogas nas escolas de ensino fundamental e médio em capitais brasileiras**. Brasília: UNESCO, 2001.

SAVIANI, D. A. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez, 1999. 112 p.

SAYÃO, R. **Sexo: prazer em conhecê-lo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

SUPLICY, M. **Conversando sobre sexo**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 368 p.

_____. **Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologia**. 10. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 161 p.

SUPLICY, M. et al. **Sexo se aprende na escola**. 3. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2000. 120 p.

TALLI, C. M.; SILVA, P. M. R. Ateliê de desenvolvimento humano: um programa de orientação sexual. In: ENCONTRO DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 7., 2003, Bauru. **Anais...** Bauru: Unesp, Departamento de Psicologia, 2003. p. 25-43.

WARKEN, R. **A escola e a sexualidade**. Disponível em <http://glssite.net/edusex/edusex/escolaesexualidade.htm>>. Acesso em 23/07/2003.

